



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**3ª VARA CRIMINAL**

Rua Conde do Pinhal, 2061, Centro, São Carlos - 13560-140 - SP

**TERMO DE AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO, DEBATES E JULGAMENTO**

Processo nº: **0005702-19.2016.8.26.0566**  
 Classe - Assunto: **Ação Penal - Procedimento Ordinário - Furto**  
 Documento de Origem: **IP - 137/2016 - 3º Distrito Policial de São Carlos**  
 Autor: **Justiça Pública**  
 Réu: **CHYENNE BALDUINO**  
 Vítima: **SERVIÇO AUTONOMO DE AGUA E ESGOTO**

Aos 25 de setembro de 2017, às 14:50h, na sala de audiências da 3ª Vara Criminal do Foro de São Carlos, Comarca de São Carlos, Estado de São Paulo, sob a presidência do MM. Juiz de Direito Dr. ANDRÉ LUIZ DE MACEDO, comigo Escrevente ao final nomeado(a), foi aberta a **audiência de instrução, debates e julgamento**, nos autos da ação entre as partes em epígrafe. Cumpridas as formalidades legais e apregoadas as partes, compareceu a Promotora de Justiça, **Drª Neiva Paula Paccola Carnielli Pereira**. Ausente o réu CHYENNE BALDUÍNO. Presente o seu defensor, o Drº **Lucas Corrêa Abrantes Pinheiro – Defensor Público**. A seguir foram ouvidas três testemunhas de acusação. **Pelo MM. Juiz foi dito:** "Decreto a revelia do réu". Como não houvesse mais prova a produzir o MM. Juiz deu por encerrada a instrução. **Pelas partes foi dito que não tinham requerimentos de diligências**. Não havendo mais provas a produzir o MM. Juiz deu por encerrada a instrução e determinou a imediata realização dos debates. **Dada a palavra a DRA. PROMOTORA:** "MM. Juiz: CHYENNE BALDUÍNO, qualificado a fls.63, foi denunciado como incurso nas penas do artigo 155, §3º e 4º, inciso II, na forma do artigo 71, todos do Código Penal, porque de data incerta até o dia 10.11.15, na residência localizada à Rua Rio Amazonas, 521, Jardim Jockey Clube, em São Carlos, subtraiu para si água potável, mediante emprego de fraude, em prejuízo da autarquia SAAE-Serviço Autônomo de Água e Esgoto, perfazendo o importe de 530m³, avaliados em R\$13.519,59. **A ação é procedente**. A prova produzida em juízo confirmou a autoria do furto qualificado. O réu é revel, sendo devidamente citado a fls.91, não sendo mais encontrado (fls.111), mas quando ouvido na polícia, confessou o furto (fls.67), admitindo que colocou um palito para travar o hidrômetro, fato que ocorreu por volta de oito meses. O fiscal do SAAE, testemunha Aristides Ferracini Neto, disse que encontrou um espeto colocado no hidrômetro, conforme fotografia de fls.10 e documentos de fls.09 e 12, que comprovam a materialidade do crime. O proprietário do estabelecimento, Ivaldo Ciarlo disse que alugou o seu imóvel para o réu e que trabalhava no local como açougueiro e disse que o acusado acabou admitindo que colocou o palito porque estava apertado e sem dinheiro. O consumo da água, entretanto, não é o total referido na denúncia, mas sim o valor de oito meses, proporcional ao descrito na denúncia. O réu é primário, possuindo duas absolvições (fls.88 e 89). Ante o exposto, aguardo a procedência da presente ação. **Dada a palavra à DEFESA:** "MM. Juiz: Requer-se absolvição do réu



# TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

3ª VARA CRIMINAL

Rua Conde do Pinhal, 2061, Centro, São Carlos - 13560-140 - SP

Chyenne Balduino por atipicidade dos fatos narrados na denúncia. Conforme já decidido pelo STF no julgamento do HC 197.601/RJ “*O Direito Penal deve ser encarado de acordo com a principiologia constitucional. Dentre os princípios constitucionais implícitos figura o da subsidiariedade, por meio do qual a intervenção penal somente é admissível quando os demais ramos do direito não conseguem bem equacionar os conflitos sociais. In casu, tendo-se apurado, em verdade, apenas um ilícito de colorido meramente contratual, relativamente à distribuição da água, com o equacionamento da quaestio no plano civil, não se justifica a persecução penal. 2. Ordem concedida para trancar a ação penal*”. Por outro lado, a Lei de Recursos Hídricos prevê infrações administrativas para o uso irregular de água, o que afasta a necessidade de intervenção penal à luz dos princípios da fragmentariedade, da subsidiariedade e do direito penal mínimo. Não bastasse, a prova da materialidade do crime no caso concreto é pífia e beira a falta de ética da administração pública municipal, que criou um fato muito mais grave do que o ocorrido. O atual presidente do SAAE reconheceu na data de hoje que retroagiu a estimativa de consumo em cinco anos, cominando ao réu, na verdade ao proprietário do imóvel, pesadíssimo e desproporcional valor que, efetivamente não corresponde à verdade. O funcionário do SAAE, por seu turno, disse que só constatou o fato no dia da lavratura do auto. Não há prova de que a subtração de água se deu por dias seguidos, tampouco por meses como pretende fazer crer a imputação. É fato, portanto, que o expediente de colocar um palito uma única vez ou, quiçá, de vez em quando no hidrômetro para que a conta não viesse muito alta, tudo em razão da necessidade de constante lavagem do açougue, versão que o réu deu na fase policial, não retrata crime de furto, mas, quando muito, aquilo que o próprio STF no julgado colacionado chamou de “ilícito de colorido meramente contratual”. Não há peso suficiente nos fatos para reconhecimento da prática de crime. Além disso, é certo e inequívoco que o fato narrado na denúncia não pode jamais representar o valor declarado pela autarquia municipal. A cobrança e o recebimento de quase 15 mil reais representaria enriquecimento ilícito do ente público. Uma imoralidade administrativa muito mais grave que o fato aqui apurado. Assim, considerando que apenas em uma oportunidade o réu usou de um expediente pueril, não se podendo mensurar a quantidade de água subtraída, deve-se reconhecer a inexistência de provas suficientes da materialidade do crime, assim como a inexistência de provas de lesão significativa ao bem jurídico, absolvendo-se o réu. Subsidiariamente, em caso de condenação, como a prova só aponta um único evento, não há prova de crime continuado, havendo crime único. Requer-se, nesse diapasão, pena mínima, benefícios legais e a concessão do direito de recorrer em liberdade. **Pelo MM. Juiz foi proferida a seguinte sentença:**”VISTOS. CHYENNE BALDUÍNO, qualificado a fls.63, foi denunciado como incurso nas penas do artigo 155, §3º e 4º, inciso II, na forma do artigo 71, todos do Código Penal, porque de data incerta até o dia 10.11.15, na residência localizada à Rua Rio Amazonas, 521, Jardim Jockey Clube, em São Carlos, subtraiu para si água potável, mediante emprego de fraude, em prejuízo da autarquia SAAE-Serviço Autônomo de Água e Esgoto, perfazendo o importe de 530m³, avaliados em R\$13.519,59. Recebida a denúncia (fls.76), houve citação e defesa preliminar, sem absolvição sumária (fls.97). Em instrução foram ouvidas três testemunhas



# TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

3ª VARA CRIMINAL

Rua Conde do Pinhal, 2061, Centro, São Carlos - 13560-140 - SP

de acusação, sendo decretada a revelia do réu. Nas alegações finais o Ministério Público pediu a condenação. A defesa pediu a absolvição sustentando a existência de mérito ilícito contratual, a inexistência de valor definido para o prejuízo e a insuficiência da palavra do réu. Subsidiariamente, pediu pena mínima e benefícios legais. **É o Relatório. Decido.** No inquérito (fls.67) o réu afirmou que “colocava de vez em quando um palito no hidrômetro para evitar pagar conta de água muito alto; que utilizou desse recurso por uns oito meses, sempre colocando e tirando o palito”. Reforçando a confissão policial está a prova hoje colhida. O fiscal do SAAE, Aristides, encontrou o tal espeto no hidrômetro, que impede a medição do consumo. Comprovou a fraude, portanto, pois a vítima, com isso, não percebia que o furto estava acontecendo. Tipificou-se a qualificadora, também comprovada pelo laudo de fls.71. O presidente do SAAE, Benedito Marchezin, confirmou que o valor da dívida foi colocado com base nos últimos cinco anos de consumo e não os oito meses confessados pelo réu. Não se sabe, de fato, qual foi o prejuízo, a não ser pela estimativa. Mas a estimativa do SAAE não pode ser aceita pois não amparada na prova da fraude por todo este tempo. Na dúvida, deve prevalecer a interpretação mais benéfica, com base na palavra do réu, indicando a prática ilícita por oito meses, o que reduz a dívida proporcionalmente. Se R\$13.519,59 corresponde a cinco anos (60 meses), um mês corresponde a R\$225,32 (dividindo o valor total por sessenta) e oito meses correspondem a R\$225,32 x 8, que totaliza R\$1802,56. Essa estimativa é mais coerente com a realidade da prova. Assim deve ser considerado o prejuízo, para fim de estabelecimento da materialidade, pois é certo que o consumo foi apurado no período de normalidade após a fraude e assim calculada a diferença nos meses anteriores. A forma de cálculo está tanto no ofício de fls.41 como no depoimento de Aristides. Em qualquer caso, não se trata de mero ilícito contratual ou administrativo. A fraude qualifica o furto, ilícito penal. Desviar a medição e a possibilidade de a vítima perceber o furto é fraude própria do crime em análise, não se podendo afastar a tipicidade penal. A cobrança da dívida é pertinente à esfera administrativa e o cálculo aqui feito não vincula o juízo de eventual ação de cobrança. Serve apenas para aferir a materialidade para fim de fixação da pena. O réu é primário e de bons antecedentes (fls.88/89), reconhecendo-se em seu favor a atenuante da confissão na fase policial. Ante o exposto, julgo **PROCEDENTE** a ação e **condeno** CHYENNE BALDUÍNO como incurso no artigo 155, §§3º e 4º, II, c.c. artigo 65, III, “d”, do C.P. Passo a dosar a pena. Atento aos critérios do artigo 59 do Código Penal, considerando ser o réu primário e de bons antecedentes, fixo-lhe a pena no mínimo legal de 02 (dois) anos de reclusão e 10 (dez) dias-multa, calculados cada um no mínimo legal, já considerada a atenuante da confissão que não pode trazer a pena abaixo do mínimo. A pena privativa de liberdade deverá ser cumprida inicialmente em **regime aberto**, nos termos do artigo 33, e parágrafos, do CP, considerado proporcional, necessário e suficiente para a prevenção e reprovação da conduta. Presentes os requisitos legais, **substituo** a pena privativa de liberdade por: **a) uma de prestação pecuniária em favor da vítima, no valor de 01 (um) salário mínimo** e **b) uma de multa, no valor de 10(dez) dias-multa**, no mínimo legal. Diante da pena concretamente aplicada, o réu poderá apelar em liberdade. Intime-se o réu da sentença. Não há custas nessa fase, por ser o réu



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**3ª VARA CRIMINAL**

Rua Conde do Pinhal, 2061, Centro, São Carlos - 13560-140 - SP

beneficiário da justiça gratuita e defendido pela Defensoria Pública. Os presentes assinaram o presente termo, colocado à disposição dos interessados, nos termos N.S.C.G.J. Não havendo interesse na entrega de cópias, os termos assinados ficarão arquivados em cartório. Publicada nesta audiência e saindo intimados os interessados presentes, registre-se e comunique-se. Eu, Carlos André Garbuglio, digitei.

MM. Juiz: Assinado Digitalmente

Promotora:

Defensor Público: